



Territórios de existência: perspectivas teóricas em estudos rurais

Tainá Holanda Caldeira Baptista

1º semestre/2019

Introdução

A Antropologia, enquanto área de estudos e pesquisas acadêmicas, historicamente se debruça sobre as questões que envolvem o mundo rural, como o(s) modo(s) de vida camponês, as comunidades tradicionais e suas lutas por terra e território — lutas que ressoam também no universo de pesquisa da Etnologia Indígena, uma vez que a sociedade capitalista se constitui e constrói historicamente através do processo conhecido por acumulação primitiva, que se traduz também na espoliação de terras (FEDERICI, 2017, p. 118-121). Esses estudos se estabeleceram através de um diálogo fecundo e interdisciplinar, envolvendo áreas como a Antropologia, a Geografia e a Sociologia nas universidades brasileiras. Bom exemplo disso é o trabalho de Antônio Cândido intitulado “*Os Parceiros do Rio Bonito*”, no qual o autor analisa o modo de vida caipira de uma comunidade camponesa situada no interior do Estado de São Paulo, no município de Bofete, e as relações de solidariedade e trabalho existentes entre as famílias e vizinhos dessa comunidade (CÂNDIDO, 2001). Na obra, Cândido afirma que sua pesquisa com os parceiros do Rio Bonito surgiu da relação entre os campos da literatura e sociedade, tema de outra pesquisa que tinha por objetivo analisar o “Cururu”, gênero da poesia popular.

Apesar das relações de proximidade com outras áreas do conhecimento quando do início dos estudos rurais em Antropologia, é possível perceber como, atualmente, esse cenário se modificou, talvez em decorrência de um movimento mais amplo de especialização gradativa das áreas científicas. A Sociologia, na Universidade de São Paulo (USP), se distanciou dos estudos a respeito da questão agrária no Brasil, enquanto a Geografia Humana se desenvolveu mais intensamente nesse sentido, dando origem à sub área conhecida por Geografia Agrária, que Orlando Valverde definiu, à época,



como “(...) em última análise, a interpretação de vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa” (VALVERDE, 2006, p. 15). Apesar de diversos geógrafos terem questionado essa definição, a Geografia Agrária enquanto campo teórico segue consolidada ainda hoje, não só no Departamento de Geografia Humana da USP, mas em outras universidades brasileiras. A Antropologia, por sua vez, apesar de permanecer como um importante polo de pesquisas sobre os modos de vida no mundo rural, apresentou evidentes mudanças em suas abordagens e perspectivas teóricas, e não apenas na USP.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar, ainda que sucintamente, algumas mudanças perceptíveis no modo como a Antropologia se debruçou sobre os estudos rurais ao longo do tempo. A perspectiva que nos norteia não é a de esgotamento do tema, mas sim a de lançar luz ao que entendemos como um percurso teórico que em muito diz respeito às escolhas científicas e políticas de seus pesquisadores. Aqui, tampouco ousamos apreender possíveis razões para esse caminho — que poderia (e ainda pode) ser outro. Nossa escolha se traduz por evidenciá-lo e, quem sabe, percorrê-lo.

Estudos rurais: primeiras abordagens

A segunda metade do século XX foi profundamente marcada, no universo teórico das ciências humanas, por estudos e análises que se centravam no meio rural e em seus sujeitos e modos de vida. Tanto a Geografia, como a Sociologia e a Antropologia investiram esforços na análise dessa temática, que se diferencia dos estudos focados no meio urbano. Como mencionado anteriormente, Antônio Cândido foi um dos precursores desse debate, ao publicar “*Os parceiros do Rio Bonito*”, em 1969, obra que se tornou referência no Brasil. Cândido (2001) pousou seu olhar atento para o modo de vida que denominou “caipira”, entendido como um tipo de “(...) vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças” (CÂNDIDO, 2001, p. 60). Foi ele quem primeiro analisou as relações de sociabilidade, solidariedade e pertencimento existentes entre as famílias de agricultores familiares de um bairro rural do município de Bofete, São Paulo. Segundo o autor, “[o bairro] é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele.



É um ‘mínimo social’, equivalente no plano das relações ao ‘mínimo vital’ representado pela dieta já descrita” (CÂNDIDO, 2001, p. 98).

Essa obra abriu espaço, nos campos teóricos acima citados, para o debate acerca das diferentes modalidades de trabalho existentes no meio rural, entre as famílias camponesas. Cândido chamou a atenção, entre outros aspectos, para a importância de outras formas de trabalho e posse da terra, como a parceria. Em suas palavras, “essencialmente, a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro” (CÂNDIDO, 2001, p. 136). De acordo com o autor, “(...) o parceiro caipira, o aforante, e não o meeiro, é um proprietário incompleto, em cuja vida aparecem condições que favorecem a manutenção das crenças, práticas e valores característicos do caipira tradicional” (2001, p. 237) A esse respeito, conclui que “[a parceria] é uma forma de proletarização rural (...) que retarda ou evita não apenas as suas formas extremas (assalariado), mas ainda a proletarização urbana imposta pelo êxodo” (2001, p. 238). A geógrafa Marta I. M. Marques nos ajuda a entender e situar Cândido, Valverde e outros autores em relação aos estudos rurais no Brasil. Para ela,

estudos sobre a sociedade e o campo brasileiros, como os de Caio Prado Júnior, Euclides da Cunha, Manuel Correia de Andrade, Orlando Valverde, Maria Isaura de Queiroz, Antônio Cândido e outros, se referem ao sertanejo, ao caboclo, ao caipira e ao camponês como personagens de dentro da sociedade nacional cujo modo de vida se organiza a partir de relações sociais específicas. Para a maioria desses autores, a reprodução de uma cultura camponesa ou rústica no seio da sociedade capitalista explica-se pela condição de relativo isolamento enfrentada por tais populações. (MARQUES, 2004, p. 152).

Exatamente uma década mais tarde, em 1979, José de Souza Martins, um dos mais importantes sociólogos brasileiros, publicou uma de suas principais obras, intitulada “*O cativo da terra*”, que revolucionou os estudos sobre o mundo rural no âmbito da Sociologia. Nesse livro, Martins (2018) discute a maneira como o modo de produção capitalista produz, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção, encontrando-se entre essas as relações de produção camponesas, como o colonato e a peonagem. O autor, assim como Antônio Cândido, buscou romper com a ideia, comum



à época, de que o campesinato representaria um atraso na sociedade, com o qual o capitalismo deveria acabar em busca do progresso e da noção de desenvolvimento.

Martins afirma que

a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo — o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. (MARTINS, 2018, p. 37).

José de Souza Martins (2018) insiste, ademais, que as relações de produção camponesas são resultado do próprio capitalismo, uma vez que são criadas contraditoriamente no processo de reprodução do modo de produção capitalista. Martins sustenta que relações de trabalho como as existentes entre os colonos e os fazendeiros são exemplos de relações necessárias para o desenvolvimento capitalista da sociedade, e que a renda da terra pode ser explorada sem que, para isso, seja necessário converter todas as relações sociais em relações propriamente capitalistas. Nas palavras do autor,

em suma, onde o capitalismo se realiza plenamente, como no caso do colonato, dissemina a dinâmica capitalista e até uma híbrida mentalidade capitalista que fazem com que a economia funcione como economia capitalista, mesmo não o sendo plenamente, a sociedade ainda organizada com base em relações sociais e valores de orientação pré-modernos. (MARTINS, 2018, p. 37).

Apesar de esses debates terem surgido especificamente no âmbito da Sociologia, influenciaram o desenvolvimento da produção científica das ciências humanas como um todo, principalmente a Antropologia e a Geografia. Foi a partir dos estudos dos autores acima citados que importantes teóricos dessas áreas desenvolveram suas pesquisas, como é o caso de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986), geógrafo que defende a tese de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu de modo contraditório e combinado, baseando-se, em grande medida, na exploração, por parte do capitalismo, de relações não capitalistas de produção — entre essas, o modo de produção camponês. Oliveira (1986) sustenta que esse modo de produção não é transitório. Considera que o campesinato é uma classe social da sociedade capitalista, apesar de possuir certa



autonomia e potencial de resistência frente à exploração, como as diversas experiências de lutas camponesas evidenciam no Brasil. Nas palavras de Marques,

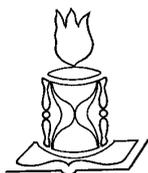
José de Sousa Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos mostraram que a sobrevivência do campesinato em nossa sociedade não se explica apenas por sua existência em condições de quase isolamento, mas, ao contrário, em muitos casos isso é possível devido à sua integração ao mercado e à economia capitalista. A produção camponesa vem sendo recriada pelo capitalismo em diferentes situações, sempre que a territorialização do capital no campo se mostra pouco atraente, como no caso da produção de alimentos para o mercado interno (MARQUES, 2004, p. 152-153).

No universo da Antropologia, os estudos sobre o meio rural também se intensificaram a partir das análises de Cândido e Martins, com autores como Margarida Maria Moura, Ellen F. Woortmann, Klaas Woortmann, Carlos Rodrigues Brandão, Renato da Silva Queiroz, entre outros, que buscaram analisar o modo de vida camponês a partir de uma perspectiva antropológica.

O modo de vida camponês e os estudos rurais em Antropologia

Em 1986, a antropóloga Margarida Maria Moura publicou seu livro “Camponeses”, onde busca uma definição conceitual para o termo “camponês” e discute as diferenças dessa categoria frente aos trabalhadores assalariados. Assim como o geógrafo Oliveira, Moura (2017) considera o campesinato como uma terceira classe social, posicionada ao lado da burguesia e do proletariado. A autora, em artigo publicado com José C. Gnaccarini, afirma que

pensar e escrever sobre a estrutura agrária brasileira é tarefa do político e do acadêmico, através do pensamento de economistas, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, agrônomos, literatos, historiadores e geógrafos. Nestes segmentos profissionais da sociedade brasileira, opinar e interpretar a estrutura agrária é uma inevitabilidade; é um assunto sobre o qual sempre há algo para ser dito e confrontado com argumentos antagônicos (GNACCARINI; MOURA, 1983, *apud* MOURA, 2017).



É necessário, para bem compreender sua contribuição, considerar os debates da época acerca do suposto e progressivo desaparecimento do campesinato ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Nesse contexto, Moura defende a existência dos camponeses e de suas relações de trabalho como um modo de produção e de vida em construção, em pleno movimento de reprodução. Dessa forma, a autora classifica as diversas formas de trabalho construídas pelos camponeses e suas especificidades frente ao trabalho assalariado, concluindo que camponeses são cultivadores que trabalham a terra — diferenciando-se, desse modo, dos proprietários fundiários capitalistas. O maior avanço das pesquisas da autora diz respeito à sua análise sobre a “cultura” camponesa, que abarca aspectos da religiosidade, parentesco, trabalho familiar, regras e costumes. É necessário, portanto, considerar a relevância da produção teórica de Moura para a consagração dos estudos rurais em Antropologia.

Foi nesse contexto que a antropóloga Ellen F. Woortmann estudou o mundo camponês em sua dissertação de mestrado intitulada “Sitiantes e Roceiros”. Além desse estudo, a autora publicou a obra “Herdeiros, Parentes e Compadres”, onde analisa, assim como Moura, aspectos significativos da cultura camponesa. Ellen Woortmann (1995) e Klaas Woortmann (1990) buscam romper, em suas obras, com a perspectiva dos estudos rurais baseados unicamente no aspecto produtivo do trabalho realizado pelas famílias camponesas. Nesse sentido, os autores analisam as relações de parentesco entre os membros das famílias camponesas, demonstrando o modo como a instituição familiar é estruturante na organização social, no desenvolvimento de normas de conduta e na preservação dos valores culturais das comunidades camponesas. Nas palavras de Ellen Woortmann,

(...) a produção camponesa é familiar não apenas no sentido de usar a força de trabalho familiar (...), mas também [por]que o sítio produz de acordo com as necessidades dos variados membros da família — crianças, mulheres gestantes ou ‘de resguardo’, doentes idosos —, o que implica não só distintos consorciamentos, mas variadas alocações de partes da terra disponível. O perfil da família e suas necessidades são um dos fatores centrais da lógica produtiva do sitiante (WOORTMANN, 2004, p. 134).

Klaas Woortmann (1990) afirma que o campesinato, até então estudado enquanto classe social, deve ser encarado da perspectiva de sua ordem moral própria,



baseada e construída através do parentesco. É nesse sentido que Ellen Woortmann verifica o que denomina de “modelo cosmológico” entre as famílias camponesas (WOORTMANN, 2004, p. 135). Dessa forma, a autora apresenta as relações entre sociedade (ou cultura) e natureza da perspectiva das comunidades camponesas a partir do que denomina “triângulo deus, homem, terra”, que evidencia “(...) toda uma forma de percepção da relação entre o homem e a natureza que expressa não apenas relações técnicas, mas também princípios morais” (WOORTMANN, 2004, p. 133). Para Woortmann, há uma relação de reciprocidade entre os três polos desse triângulo, cuja visão pode ser expressa através do que Carlos Rodrigues Brandão (2004) denomina “*ethos* camponês” (BRANDÃO, 2004, p. 124).

Com efeito, Ellen Woortmann busca entender os princípios da “ética camponesa”¹ através de termos próprios de seus interlocutores camponeses. Fica evidente, portanto, que a autora realiza um grande salto teórico para a análise da cosmovisão camponesa, uma vez que “nosso esforço para entender o mundo camponês deve ir no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos. Novamente citando Geertz (1975), devemos como que ler seu mundo ‘por sobre seus ombros’” (WOORTMANN, 2004, p. 141).

De camponeses a populações tradicionais: possíveis olhares para a alteridade

A partir dos avanços teóricos produzidos em Antropologia, diversas antropólogas e antropólogos desenvolveram pesquisas etnográficas com comunidades rurais. As questões de identidade tornaram-se gradativamente mais presentes nos estudos rurais antropológicos na década de 1990, fomentando a pesquisa com comunidades tradicionais em suas múltiplas identidades, através da interlocução com a etnologia. Esse avanço também é resultado da construção política no Brasil da categoria de “populações tradicionais”². De acordo com Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida (2001), esse debate foi estimulado pelas discussões políticas acaloradas que

¹ Apesar de citar Carlos Rodrigues Brandão e seu conceito de “*ethos* camponês”, Woortmann (2004) segue sua análise denominando o que pretende apresentar como “ética camponesa”. Não devemos crer que se trate de mera tradução, uma vez que o conceito de “*ethos*” não se restringe ao significado de “ética”.



deram origem à Constituição de 1988, mas principalmente pelas lutas territoriais travadas por diversos agentes, como os Seringueiros no Acre, que na década de 1970 ficaram conhecidos por sua tática de “empatar” (atrasar, obstruir, interromper) a derrubada da floresta (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 282-184). Ao mesmo tempo, as discussões teóricas sobre as populações tradicionais se articularam, pouco a pouco, com os debates ambientalistas a respeito da “conservação ambiental”, em voga nesse mesmo período. Cada vez mais, portanto, os estudos rurais cederam espaço para os estudos sobre populações tradicionais e as articulações e conflitos com os debates ambientalistas (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 285).

Além disso, em meados da década de 2000, as análises voltaram-se intensamente, assim como a etnologia indígena promulgou, para o estudo das cosmovisões desses grupos sociais. Percebeu-se que comunidades tradicionais se estabelecem, em relação à sociedade ocidental colonialista, através de sua alteridade. A virada ontológica que revolucionou todo o pensamento antropológico também foi um importante marco nos estudos sobre as comunidades rurais. Essa consiste no entendimento de que os povos ameríndios não possuem “outras visões” para o mesmo “mundo” (nesse caso, o mundo ocidental). Ao contrário, concebem e constroem seu próprio mundo, existindo, portanto, “outros mundos” que criam suas próprias e múltiplas visões. Trata-se, com efeito, da transição do “multiculturalismo” para o “multinaturalismo”, ou seja, da transição da ideia de que existe uma única natureza e diversas culturas, para a ideia de que existem tantas naturezas quanto culturas, uma vez que cada cultura concebe sua própria natureza.

Desse modo, cada vez mais os estudos sobre as comunidades camponesas — que atualmente, em muitos casos, se autodenominam comunidades tradicionais para acessar políticas públicas ou se situar, diferenciando-se, em relação à sociedade ocidental envolvente (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001) — voltam-se para o estudo da ontologia ou dos conflitos ontológicos existentes entre “nós e eles”. É nesse contexto que escreve Arturo Escobar (2015), antropólogo colombiano que propõe que as lutas territoriais são, acima de tudo, lutas ontológicas, pela existência de outros mundos para além do mundo ocidental. Para Escobar, “(...) las luchas por los territorios

² Essa categoria posteriormente foi alterada para “comunidades tradicionais”, como esclarecem Almeida e Cunha (2001).



se convierten en luchas por la defensa de los muchos mundos que habitan el planeta” (ESCOBAR, 2015, p. 93).

É nesse sentido que Escobar (2015) sustenta que a ontologia dos povos tradicionais comporta novos modos de conceber outros mundos, sendo uma possibilidade de saída para as crises econômica, ecológica e social em que se encontra a sociedade ocidental capitalista. Nesse ponto, é possível articular sua análise com o artigo de Carneiro da Cunha e Almeida (2001), no qual os autores defendem que

(...) a categoria de ‘populações tradicionais’ é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais. Nessa perspectiva, mesmo aquelas sociedades que são culturalmente conservacionistas são, não obstante e em certo sentido, neotradicionais ou neoconservacionistas (ALMEIDA; CARNEIRO DA CUNHA, 2001, p. 300).

A antropologia contemporânea e os estudos sobre território e territorialidade

Hoje em dia, os estudos em Antropologia que se debruçam sobre o modo de vida das comunidades camponesas e comunidades tradicionais voltam-se para a questão do território e da territorialidade, a partir da perspectiva de que suas lutas territoriais sinalizam outros modos de estar e conceber esse ou outros mundos — como exemplifica o trabalho de Arturo Escobar. Como afirma Berno de Almeida (2009), “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes” (2009, p. 39). É nesse sentido que Berno de Almeida agrupa em uma única análise diferentes categorias territoriais, como as “Terras de Preto”, “Terras de Santo” e “Terras de Índio”³, considerando que o uso comum a partir do qual as terras são vividas e trabalhadas e os conflitos que as comunidades enfrentam cotidianamente para garantir sua posse são os principais aspectos de definição.

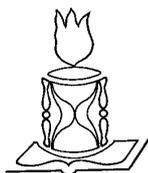
³ Berno de Almeida utiliza a expressão “terras de índio” de forma diversa da expressão “terras indígenas”, estabelecida na Constituição Brasileira de 1988 (BERNO DE ALMEIDA, 2009).



A análise dos conflitos territoriais que as comunidades tradicionais e camponesas enfrentam ainda hoje no Brasil — e talvez mais do que nunca — nos remete aos debates, já mencionados, comuns entre as pesquisas antropológicas dos fins da década de 1970 e meados da década de 1980. Como argumenta Berno de Almeida, em artigo publicado em 2009:

As análises econômicas (...) consideram que se tratam de formas atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento, ou meros vestígios do passado, puramente medievais, que continuam a recair sobre os camponeses, subjugando-os. Neste enfoque, referem-se às terras de uso comum e a este estrato da camada camponesa que lhes corresponde como formas residuais ou “sobrevivências” de um modo de produção desaparecido, configuradas em instituições anacrônicas que imobilizam aquelas terras, impedindo que sejam colocadas no mercado e transacionadas livremente. Fatores étnicos, a lógica da endogamia e do casamento preferencial, as regras de sucessão e demais preceitos, que porventura reforcem a indivisibilidade do patrimônio daquelas unidades sociais, são interpretados como um obstáculo à apropriação individual e, por conseguinte, a que a terra seja livremente disposta no mercado (2009, p. 41).

Nesse sentido, fica evidente que, apesar da significativa evolução do debate teórico dos estudos rurais em Antropologia, há pontos de permanência nesses trabalhos, devido aos embates e lutas políticas envolvendo a questão territorial no Brasil. Nesse sentido, também percebemos mais alguns aspectos de convergência entre os debates sobre as comunidades camponesas, tradicionais e os povos indígenas, que se somam aos aspectos anteriormente mencionados. Essa convergência resulta na aproximação com a etnologia indígena, conforme já argumentamos, mas essa aproximação não é apenas teórica, uma vez que “problemas de terra continuam no foco central do noticiário desalentador que a mídia divulga a respeito dos índios no Brasil” (GALLOIS, 2004, p. 37). Dominique Gallois explica, porém, que o conceito de terra ao qual remetem essas notícias jornalísticas e midiáticas se diferencia do conceito de territorialidade utilizado em Antropologia e vivido na prática por povos indígenas, comunidades camponesas e tradicionais. De acordo com Gallois, a “territorialidade (...) é uma abordagem que não só permite recuperar e valorizar a história da ocupação de uma terra por um grupo (...), como também propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais em jogo nas experiências de gestão e ocupação territorial (...)” (GALLOIS, 2004, p. 37).



É através dessa abordagem de território e territorialidade que as pesquisas antropológicas vêm lidando com a questão, considerando que a chave do entendimento de território se situa na própria cosmovisão desses sujeitos, uma vez que

a própria produção de um território implica continuidade (...) é construir permanência, estabelecer vínculos, fincar raízes, perseverar, constituir lugares em um mapeamento mnemônico (...) que não se confunde com pontos (eventualmente coincidentes) de uma cartografia cartesiana que prescinde de toda temporalidade, pois que se distribuem por um plano ou superfície homogênea e previamente delimitada (MARQUES; LEAL, 2018, p.37).

É por essa razão que os trabalhos publicados na recém lançada coletânea organizada por Ana Claudia D. R. Marques e Natacha S. Leal, sob o título “*Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*”, trazem uma série de discussões etnográficas sobre os “territórios existenciais” engendrados e construídos por coletividades (não apenas, mas em geral) habitantes das zonas rurais do Brasil. Essas etnografias buscam captar os sentidos da vida vivida na localidade por comunidades tradicionais territorialmente e existencialmente situadas (e não genericamente categorizadas como “quilombolas”, “ribeirinhas” ou “caiçaras”, por exemplo). Nesse sentido, é possível afirmar que os estudos antropológicos contemporâneos sobre território e territorialidade caminham, em certa medida, de mãos dadas com os estudos sobre existências em suas múltiplas definições. Não só encontramos territórios existenciais na coletânea de Marques e Leal; também encontramos um leque profícuo de etnografias que desvendam modos de existência em antropologia rural, uma vez que a coletânea traz ao público mais amplo os avanços teóricos produzidos no âmbito do Hybris (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos e Socialidades), que reúne pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de São Carlos (MARQUES, LEAL, 2018, p. 14).

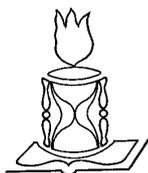
Considerações finais



O percurso percorrido até aqui, como ressaltamos na introdução do presente trabalho, não tem por objetivo esgotar o tema, tampouco gestar hipóteses. Contentamo-nos em trazer à luz certas mudanças nas abordagens dos estudos rurais em Antropologia, que acreditamos serem decorrentes do desenvolvimento e dos avanços teóricos desse campo disciplinar. O que nos interessa destacar, por fim, diz respeito à continuidade ininterrupta desses estudos, que apesar de se modificarem, permanecem sendo mobilizados e retomados por pesquisadores da Antropologia e de outras áreas do conhecimento. Consideramos que esse fato se deve, muito possivelmente, à centralidade da questão agrária no Brasil, que situa a luta pela terra como uma luta pela existência para todos aqueles que vivem às margens (ou nas beiras) da sociedade nacional. Esses grupos, e as coletividades mais amplas que evocam, não vivem alheios a essa sociedade, como sustentam Marques e Leal a respeito das casas por eles habitadas. Nas palavras das autoras

por muitas razões as casas não se podem fechar para o mundo e, pelo contrário, se compõem com suas múltiplas influências. Uma vez que no mundo se encontram meios de nele perseverar sem sucumbir a ele, não há modo de enfrentá-lo sem conhecê-lo e, para conhecê-lo, é preciso se movimentar por ele. Não há como capturá-lo sem ser capturado em alguma medida. (...) O movimento se revela condição de permanência e enraizamento das casas e dos modos de ser, ainda que comporte sempre o risco da dispersão e da perda, que porventura antecipam novos enraizamentos (MARQUES, LEAL, 2018, p. 44).

É nesse sentido que compreendemos a preeminência dos estudos rurais e a permanência desse campo teórico, apesar de suas visíveis reformulações. Os modos de existência das comunidades camponesas e tradicionais seguem no fecundo processo de se enraizar a cada instante, em diálogo constante com a sociedade ocidental. A luta pela terra se faz enquanto luta pela possibilidade de existir, justamente porque sem território não há existência, do mesmo modo como não há existência desterritorializada. É, portanto, no embate por existir que essas comunidades seguem se des-enraizando e re-enraizando, e é atrás (ou ao lado) dos caminhos por elas percorridos que trilham os estudos rurais. Tal movimento não poderia ser outro, uma vez que é preciso se reinventar para compreender.



Bibliografia

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. “Formas de acesso à terra e os sistemas de uso comum”. *In*: GODÓI, E. O. et al (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo/Brasília, UNESP/NEAD, 2009, p. 39-66.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Sobre a tradicionalidade rural que há em nós”. *In*: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, Marta I. M. **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004, p. 121-131.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9ª ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 277-310.

ESCOBAR, Arturo. “Territórios da diferença: a ontologia política dos direitos aos território”. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 35, dez, 2015.

GALLOIS, Dominique. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?” *In*: RICARDO, Fany (org). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental.

GNACCARINI, José C.; MOURO, Margarida M. **Dez livros para conhecer o Brasil Rural**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Brasilrural.pdf> Acesso em 10/06/2019.

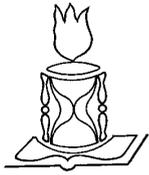
MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha; LEAL, Natacha Simeí (org). **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. “Lugar do modo de vida tradicional na modernidade.” *In*: MARQUES, Marta Inez Medeiros; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004, p. 145-162.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Col. Princípios, 68).



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia

Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

VALVERDE, Orlando. “Metodologia da Geografia Agrária”. *In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Ellen F. “O saber tradicional camponês e inovações”. *In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo no século XXI*. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004, p. 133-143.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral”. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.